

**Decreto-Lei n.º 53/2017
de 31 de maio**

O programa SIMPLEX+ 2016 contempla uma significativa simplificação do Sistema da Fiscalidade Automóvel, tendo em vista a redução de custos de contexto para os contribuintes, com a desburocratização dos serviços nas alfândegas, através do cumprimento eletrónico das obrigações declarativas e da subsequente tramitação em sede de Imposto sobre Veículos (ISV).

Atualmente é obrigatória a apresentação em papel de um conjunto de documentação nas alfândegas competentes, levando a sucessivas deslocações dos contribuintes àqueles serviços para efeitos de legalização de veículos.

Através do presente decreto-lei, este procedimento em papel é substituído pela apresentação eletrónica de cópias da documentação pertinente, sendo eliminada a obrigação relativa à Declaração Complementar de Veículo.

Adicionalmente, a própria Declaração Aduaneira de Veículos (DAV) — documento utilizado provisoriamente para a circulação de viaturas — que atualmente é emitida nas alfândegas e levantada presencialmente pelos contribuintes passa a ser emitida eletronicamente e disponibilizada no Portal da Autoridade Tributária e Aduaneira, dispensado a deslocação dos contribuintes.

Ficarão, no entanto, parcialmente excecionadas dos procedimentos acima descritos, pelas suas particularidades, a DAV que respeite à legalização de veículos pelo método de avaliação previsto no n.º 3 do artigo 11.º do Código do Imposto sobre Veículos e nas DAV relativas à transformação de veículos, alteração de chassis ou da cilindrada ou de outros factos geradores de imposto que ocorram em momento posterior à atribuição da matrícula nacional.

Assim:

Nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 198.º da Constituição, o Governo decreta o seguinte:

Artigo 1.º

Objeto

O presente decreto-lei procede à décima sétima alteração ao Código do Imposto sobre Veículos (Código do ISV), aprovado pela Lei n.º 22-A/2007, de 29 de junho, desmaterializando as formalidades declarativas em sede de Imposto sobre Veículos para todos os sujeitos passivos.

Artigo 2.º

Alteração ao Código do Imposto sobre Veículos

Os artigos 3.º, 6.º, 17.º, 19.º, 20.º, 21.º, 24.º, 25.º e 27.º do Código ISV, aprovado pela Lei n.º 22-A/2007, de 29 de junho, passam a ter a seguinte redação:

« »

Artigo 3.º

Disposição transitória

As alterações introduzidas pelo presente decreto-lei aos n.ºs 4 e 5 do artigo 20.º, ao n.º 1 do artigo 24.º e ao artigo 27.º do Código do ISV entram em vigor no dia 1 de janeiro de 2018.

Artigo 4.º

Norma revogatória

São revogados o n.º 2 do artigo 17.º, o n.º 4 do artigo 18.º e o n.º 5 do artigo 27.º do Código do ISV.

Artigo 5.º

Entrada em vigor

O presente decreto-lei entra em vigor no dia 1 de julho de 2017.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros de 27 de abril de 2017. — *António Luís Santos da Costa* — *Mário José Gomes de Freitas Centeno*.

Promulgado em 17 de maio de 2017.

Publique-se.

O Presidente da República, MARCELO REBELO DE SOUSA.

Referendado em 24 de maio de 2017.

O Primeiro-Ministro, *António Luís Santos da Costa*.

Alteração ao Código do Imposto sobre Veículos

Artigo 3.º

[...]

1 — São sujeitos passivos do imposto os operadores registados, os operadores reconhecidos e os particulares, tal como definidos pelo presente código, que procedam à introdução no consumo dos veículos tributáveis, considerando-se como tais as pessoas em nome de quem seja emitida a declaração aduaneira de veículos.

2 — [...].

(Redacção do art. 2.º do Dec.-Lei n.º 53/2017, de 31/05 – Em vigor a 01/07/2017)

Artigo 6.º

[...]

1 — [...]:

a) – [...]

b) – No momento da apresentação da declaração aduaneira de veículos pelos particulares.

2 — [...].

3 — [...].

(Redacção do art. 2.º do Dec.-Lei n.º 53/2017, de 31/05 – Em vigor a 01/07/2017)

Artigo 17.º

Obrigações declarativas

1 — A introdução no consumo e a liquidação do imposto são tituladas pela declaração aduaneira de veículos (DAV).

2 — [Revogado].

3 — [...].

4 — A DAV é exclusivamente processada por transmissão eletrónica de dados, com exceção da declaração que respeite à transformação de veículos, alteração do número de chassis ou da cilindrada, bem como a outros factos geradores de imposto que ocorram em momento posterior à atribuição da matrícula nacional, e sem prejuízo do regime de tributação previsto no n.º 3 do artigo 11.º

5 — [...].

(Redacção do art. 2.º do Dec.-Lei n.º 53/2017, de 31/05 – Em vigor a 01/07/2017)

Artigo 18.º

[...]

[...].

4 — [Revogado].

[...].

(Redacção do art. 2.º do Dec.-Lei n.º 53/2017, de 31/05 – Em vigor a 01/07/2017)

Artigo 19.º

[...]

1 — Os operadores reconhecidos estão obrigados à apresentação da DAV no prazo máximo de 20 dias úteis após a ocorrência do facto gerador do imposto.

2 — [...].

3 — [...].

4 — [...].

(Redacção do art. 2.º do Dec.-Lei n.º 53/2017, de 31/05 – Em vigor a 01/07/2017)

Artigo 20.º

[...]

1 — Os particulares e os sujeitos passivos que não se encontrem constituídos como operadores registados ou operadores reconhecidos estão obrigados à apresentação da DAV nos prazos seguintes:

a) — [...].

b) — [...].

2 — [...].

3 — [...].

4 — Os documentos previstos no n.º 2 podem ser apresentados por transmissão eletrónica de dados, devendo os originais ser conservados pelo prazo de quatro anos, ficando sujeitos à apresentação dos originais a qualquer momento nos serviços competentes, para efeitos de fiscalização e controlo. (NOTA: As presentes alterações entram em vigor no dia 1 de janeiro de 2018 – Cfr. art. 3.º do Dec.-Lei n.º 53/2017, de 31/05)

5 — Sem prejuízo do disposto no número anterior, o original do certificado de matrícula ou documento equivalente do veículo deve ser depositado no Instituto da Mobilidade e dos Transportes, I. P. (IMT, I. P.), ou, no caso das regiões autónomas, nos serviços competentes em matéria de transportes terrestres, no prazo de 10 dias a contar da data de apresentação da DAV. (NOTA: As presentes alterações entram em vigor no dia 1 de janeiro de 2018 – Cfr. art. 3.º do Dec.-Lei n.º 53/2017, de 31/05)

(Redacção do art. 2.º do Dec.-Lei n.º 53/2017, de 31/05 – Em vigor a 01/07/2017)

Artigo 21.º

[...]

1 — [...].

2 — Pode haver lugar a anulação da DAV já registada antes de pago ou garantido o imposto, a pedido do interessado, quando se comprove que um veículo foi erradamente declarado para um determinado regime fiscal ou que, na sequência de circunstâncias especiais, deixou de se justificar a sujeição a esse regime.

3 — [...].

4 — [...].

5 — [...].

6 — [...].

(Redacção do art. 2.º do Dec.-Lei n.º 53/2017, de 31/05 – Em vigor a 01/07/2017)

Artigo 24.º

[...]

1 — Os veículos que entrem em território nacional e não se destinem a ser matriculados, por se destinarem a desmantelamento, circulação ou permanência em domínio exclusivamente privado, colecionismo ou qualquer outra razão que dispense a atribuição de matrícula nacional devem, no prazo de 10 dias úteis após a entrada em território nacional, ser objeto de apresentação de DAV, sendo os documentos originais do veículo entregues no IMT, I. P., ou nos serviços competentes em matéria de transportes terrestres, no caso das regiões autónomas, no prazo de 10 dias a contar da data de apresentação da DAV. (NOTA: As presentes alterações entram em vigor no dia 1 de janeiro de 2018 – Cfr. art. 3.º do Dec.-Lei n.º 53/2017, de 31/05)

2 — [...].

3 — [...].

4 — Sempre que se pretenda proceder à introdução do veículo no consumo, o imposto é determinado em função das taxas em vigor no momento da apresentação da DAV, tomando-se em consideração os anos de uso que o veículo possuísse àquela data.

(Redacção do art. 2.º do Dec.-Lei n.º 53/2017, de 31/05 – Em vigor a 01/07/2017)

Artigo 25.º

[...]

1 — A liquidação do imposto sobre veículos é realizada pela Autoridade Tributária e Aduaneira (AT) com base na DAV, dentro dos seguintes prazos:

a) — [...].

b) — Na data da apresentação da DAV pelos particulares;

c) — [...].

2 — [...].

3 — [...].

4 — [...].

5 — [...].

(Redacção do art. 2.º do Dec.-Lei n.º 53/2017, de 31/05 – Em vigor a 01/07/2017)

Artigo 27.º

[...]

1 — [...].

2 — [...].

3 — [...].

4 — [...].

5 — [Revogado].

6 — [...].

7 — O IMT, I. P., ou os serviços competentes, no caso das regiões autónomas, devem comunicar à AT quaisquer outras transformações geradoras de imposto de que venham a ter conhecimento. *(NOTA: As presentes alterações entram em vigor no dia 1 de janeiro de 2018 – Cfr. art. 3.º do Dec.-Lei n.º 53/2017, de 31/05)*

(Redacção do art. 2.º do Dec.-Lei n.º 53/2017, de 31/05 – Em vigor a 01/07/2017)